

**A militância por escrito:**  
**Análise de opúsculos como fontes para o estudo da história da educação**  
**(“Os acontecimentos da Espanha e a obra de Ferrer”- 1909)**

*Isabel Aparecida Bilhão*

**Resumo**

Nas primeiras décadas do século XX as concepções federativa, laica e liberal de Estado, instituídas com a República, favoreceram a ampliação de grupos em disputa no interior da arena educacional, alguns dos embates visavam especialmente o público operário. O recorte aqui proposto discute uma estratégia, comum no período, para difusão de ideias e concepções, a produção de opúsculos. A base empírica da análise constitui-se em um exemplar publicado em 1909, por um grupo de militantes anarquistas, no Rio de Janeiro, objetivando protestar contra a execução do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia e difundir no país a educação racionalista. A exposição será realizada em três partes. A primeira trata das características gerais desse tipo de impresso. A segunda apresenta brevemente os dados biográficos de Ferrer e as características da educação racionalista por ele defendida. A terceira analisa os aspectos gráficos, as concepções educacionais e as estratégias argumentativas presentes no exemplar em questão. Como resultado, espera-se contribuir para o aprofundamento das noções metodológicas do uso desse tipo de fonte bem como para a ampliação do conhecimento dos embates e disputas presentes na história da educação no país.

**1. Opúsculos: características editoriais e possibilidades investigativas**

Os opúsculos foram um tipo de publicação bastante utilizado no final do século XIX e inícios do século XX, contendo geralmente entre 20 e 30 páginas. Portanto, eram demasiado grandes para serem panfletos e demasiado pequenos para serem livros. Impressos em folhas no tamanho ofício, dobradas ao meio e grampeadas no centro, transformavam-se em pequenos livretos cujas páginas mediam aproximadamente 20 centímetros de altura por 15 de largura. Tal formato oferecia uma dupla vantagem, o barateamento dos custos, pelo uso intensivo do papel, artigo importado e caro no mercado da época, e a praticidade em seu manuseio, transporte e armazenagem. As características da impressão, tamanho da letra, editoração, número de colunas, utilização de cores, qualidade do papel, bem como a inserção de imagens, adornos ou margens decorativas era muito variada e dependia do apuro estético e, principalmente, das possibilidades de investimento do grupo editor ou dos indivíduos que patrocinavam sua composição.

A iniciativa de publicação podia partir de indivíduos que – acreditando-se possuidores de dotes poéticos ou literários, conhecimentos científicos, históricos ou sociológicos, concepções religiosas, verve polemista, pretensões políticas, ou alguma inspiração que julgassem merecedora de publicidade – dedicavam-se a colocar o texto no papel, na forma de manuscrito, para em seguida buscarem algum patrocinador ou, às expensas próprias, encomendarem ao estabelecimento gráfico sua composição e impressão. Ocorria, em certos casos, que algum grupo ou mecenas individual julgasse por bem encomendar ao autor a redação do texto cujo conteúdo específico já nasceria com garantias de financiamento. Em raras vezes, que dependiam especialmente do sucesso anteriormente alcançado pelo escritor em outras publicações do gênero, o investimento necessário à publicação poderia ser custeado por anúncios publicitários.

Frequentemente a iniciativa de redação e composição atendia, como no caso do exemplar analisado adiante, a uma intenção militante: a defesa de uma postura política, corrente ideológica, demanda social ou a outras reivindicações específicas. Nessa situação, o manuscrito geralmente era redigido a muitas mãos e sua autoria era assumida pelo coletivo. Além disso, esse tipo de opúsculo poderia conter excertos de outros documentos, livros, cartas, discursos, conferências ou o que fosse necessário para conferir credibilidade e sustentação ao discurso. Outra característica dos opúsculos militantes era o fato de terem seu âmbito de circulação ampliado pelo esforço dos apoiadores à causa defendida, grupos ou indivíduos que geralmente lançavam mão da correspondência para difundi-los, fazendo-os chegar a distintas partes do país e ao exterior. Tal prática em muito pode ter contribuído para o intercâmbio de conhecimentos e para a ampliação de redes de solidariedade e trocas de informações<sup>1</sup>.

Esses impressos tanto poderiam ser comercializados – os preços praticados dependiam do apelo mercadológico e geralmente buscavam apenas recuperar o investimento realizado – quanto distribuídos gratuitamente, o que parece ter sido o mais comum, pois a intenção era dar a conhecer, a um público mais amplo, algum tipo de ideia, demanda ou talento. O alcance dessa circulação dependia da tiragem, informação sempre difícil, pois raros são os exemplares que a contém.

O opúsculo possuía ainda outra característica importante, o fato de ser escrito e editado como uma obra isolada. Não compunha uma série, não prometia nenhum tipo de continuidade. Portanto, diferenciava-se dos jornais e revistas do período que, mesmo com

---

<sup>1</sup>Ver texto clássico de Petersen (1995).

tiragens oscilantes e durações muitas vezes efêmeras, pretendiam consolidar sua periodicidade. Seus autores e financiadores, que também poderiam participar de grupos editores de outros tipos de impressos, produziam-nos em determinados momentos, nos quais o esforço de elaboração, concepção gráfica e impressão conjugava-se à necessidade ou ao interesse na divulgação de um conteúdo específico, geralmente procurando conciliar caráter propagandístico e informativo. Tal característica aparentemente determinava um tratamento mais cuidadoso por parte daqueles que os recebiam ou compravam, hipótese decorrente do fato de que a maioria dos exemplares remanescentes tenha pertencido a indivíduos que se preocuparam com sua guarda e conservação.

A expansão desse tipo de obra está ligada à ampliação e ao barateamento das técnicas de impressão e reprodução, relacionados ao aumento do número de tipografias e das possibilidades de circulação devido ao acesso paulatino a meios de transporte que permitiram maior eficiência em sua distribuição. Nesse contexto pode-se calcular o impacto alcançado pela produção de impressos e, em concordância com Roger Chartier, afirmar que: “Depois de Gutenberg, toda a cultura ocidental pôde ser vista como uma cultura da impressão, pois em vez de ficarem restritos aos usos administrativos e eclesiásticos [...] os produtos das impressoras e da composição tipográfica influenciaram a totalidade das práticas e das relações” (1992, p. 238).

Entretanto, deve-se ponderar que o alargamento da produção e da circulação dos impressos, entre eles os opúsculos, não era garantia de uma correlação direta com o crescimento do número de leitores. O contexto brasileiro das décadas iniciais do século XX apresentava uma difícil realidade, a de que aproximadamente 85% da população do país era analfabeta (PAIVA, 1973, p. 70). Tal dado permite avaliar os grandes obstáculos enfrentados na divulgação de textos escritos. Logo, não se pode estranhar o fato de que muitos indivíduos ou grupos se engajassem igualmente em projetos editoriais e educacionais e que muitos deles vivessem sua militância literária em conexão com a luta pela ampliação da alfabetização<sup>2</sup>.

Porém, a dificuldade representada pelo analfabetismo não deve ser vista nem como uma exclusividade nacional, nem como um fator de impedimento absoluto do acesso à informação impressa, pois existem inúmeras evidências de que no Brasil, de forma semelhante ao que ocorria em outros países<sup>3</sup>, realizava-se a prática conhecida como leitura extensiva. Esse procedimento permitia, especialmente aos moradores dos centros urbanos, o

---

<sup>2</sup> Uma análise dessa militância intelectual é feita em por Nicolau Sevcenko(2003).

<sup>3</sup>Essa forma de leitura já foi analisada por inúmeros autores e, para ficarmos em um exemplo relacionado aos mundos do trabalho, poderíamos mencionar (THOMPSON, 1987, v. III, p. 304).

acesso a textos variados que, lidos em voz alta – nas barbearias, nos bares, bibliotecas ou centros de leitura – e discutidos coletivamente, eram interpretados e apropriados pelos leitores. Estes podiam até mesmo atribuir-lhes significados distantes dos pretendidos pelos autores, mas, paulatinamente, se familiarizavam como os veículos impressos e passavam a naturalizar o texto escrito como forma, por excelência, de difusão de informações e conhecimentos.

A tensão entre as intenções dos escritores e as apropriações dos leitores já foi longamente discutida. Roger Chartier, por exemplo, teorizou sobre essa questão. Para ele, por um lado, “a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros”. Por outro lado, “o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada”. O que aponta para a necessidade de, ao abordar-se a disseminação de ideias a partir da difusão de textos, considerar “conjuntamente, a irreduzível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la”. (CHARTIER, 2002, p. 123)

Outra observação importante, feita pelo mesmo autor, é a de que “deixou de ser sustentável pretender estabelecer correspondências estritas entre clivagens culturais e hierarquias sociais, relacionamentos simples entre objetos ou formas culturais particulares e grupos sociais específicos”. Da mesma forma, que “também não parece ser possível identificar a absoluta diferença e a radical especificidade da cultura popular a partir de textos, de crenças, de códigos que lhe seriam próprios”, pois “todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos das maiorias são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenções e tradições, cultura letrada e base folclórica”. O que, supõem-se, não significa que as relações de hierarquia entre dominantes e dominados devam ser banidas da análise das práticas culturais, pois o que se deve evitar são as “correspondências demasiado simples entre níveis sociais e horizontes culturais” (CHARTIER, 2002, p. 134 a 137). Assim, faz-se necessário “compreender os usos múltiplos, diferenciados, confrontados, do impresso, pois as autoridades concorrentes acreditam nos seus poderes e os leitores manejam-no consoante as suas competências ou as suas expectativas” (CHARTIER, 2002, p. 139).

Esse conjunto de advertências pode perfeitamente orientar o olhar dos historiadores que têm como base interpretativa a leitura de opúsculos. A pretendida coerência discursiva e a coesão textual, inerentes ao seu estilo editorial, a um só tempo informativo e propagandístico, tornam-no uma fonte rica em armadilhas. Para evitá-las, deve-se atentar para pelo menos três regras fundamentais ao exercício analítico. A primeira é a minuciosa observação do conteúdo

veiculado, das intenções explícitas às mensagens nas entrelinhas, das teses defendidas às denúncias e acusações formuladas, levando-se em conta que os opúsculos, especialmente os militantes, são muitas vezes compostos como “armas de combate” nas mais distintas “batalhas de ideias” e como tal procuram apresentar um discurso de convencimento baseado na coesão e coerência de argumentos, geralmente embasados em exemplos e falas de autoridade.

O segundo cuidado importante seria o de perceber os detalhes para além do texto, afinal o estilo editorial, o uso ou a falta de recursos como imagens, margens rebuscadas e cores, podem revelar muito acerca dos padrões estéticos da época e ainda mais sobre a capacidade de investimento, ligações e pretensões do indivíduo ou grupo financiador. Além disso, essas particularidades podem ajudar a inferir sobre as características presumidas do público destinatário. Assim, por exemplo, o uso de grande quantidade de alegorias, charges e outros recursos visuais, pode indicar que os produtores se dirigissem a receptores considerados mais aptos à leitura de imagens do que de textos.

O terceiro, e mais difícil procedimento, seria a observação das redes de relações em que estão inseridos o indivíduo ou grupo editor. Suas possíveis sociabilidades e influências, suas leituras e conhecimentos. Esse conjunto de informações, nem sempre alcançável, pode contribuir para o melhor entendimento do que está escrito (conteúdo), de como se escreveu (forma) e das relações mantidas por quem escreveu (contexto social). A análise do opúsculo a ser realizada no terceiro tópico procurará guiar-se pelos cuidados acima caracterizados e também considerar as tensões, apontadas por Chartier, entre as intenções dos autores e a liberdade dos leitores, procurando ter em mente que este exemplar é apenas uma parte, muito diminuta, de um universo cultural eivado de “circulações fluidas” e de “práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais” (CHARTIER, 2002, p. 137).

## **2. Breve aproximação à biografia de Ferrer**

As ideias pedagógicas e a biografia do pedagogo catalão Francisco Ferrer já foram amplamente difundidas no Brasil por autores como Tragtenberg (1978) Luizzeto (1987) Gallo e Moraes (2005), Gallo (2013) e Castro (2014). Esse tópico limitar-se-á à apresentação de alguns aspectos da vida do personagem indispensáveis à compreensão do opúsculo analisado adiante.

Francisco Ferrer nasceu em 10 de janeiro de 1859, num povoado próximo a Barcelona, onde, por volta dos 13 anos começou a trabalhar em uma casa comercial. Seu primeiro patrão

era livre-pensador e, sob sua influência, ele se tornou anticlerical<sup>4</sup>. Aos 21 anos Ferrer se casou com Teresa Sanmartí, com quem teve quatro filhos. Em 1884, tornou-se maçom, iniciado na Loja Verdade, de Barcelona, e dois anos depois participou de uma revolta contra a monarquia. Derrotada a insurreição, refugiou-se, com a família em Paris, onde trabalhou como secretário do líder republicano espanhol, e igualmente exilado político, Manoel Ruiz Zorrilla, dedicando-se intensamente à propaganda republicana e anticlerical. Nessa época Ferrer também se tornou professor de espanhol e passou a refletir sobre metodologias de ensino da língua, chegando a publicar um manual.

Na França ele conheceu o educador Paul Robin (1837-1912), um dos principais expoentes do movimento de renovação dos métodos educacionais e divulgador do conceito de educação integral no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores<sup>5</sup>. Entre as concepções de Robin estavam a defesa do desenvolvimento da criança em seus aspectos intelectuais, físicos e morais e a coeducação de meninos e meninas no mesmo espaço escolar, ainda um tabu na época (GALLO, 2013).

Nesse período, somou-se ao anticlericalismo republicano, vivenciado por Ferrer na Espanha, o anticlericalismo educacional, uma vez que boa parte do discurso de renovação pedagógica, por ele compartilhado, opunha-se frontalmente aos métodos das escolas católicas. Ferrer começou a postular uma concepção denominada racionalista, defendendo o ensino das ciências naturais como centrais e um aprendizado ativo baseado na observação da natureza e das relações sociais. Assim como Robin, Ferrer defendia a coeducação de meninos e meninas no mesmo ambiente e a observação dos aspectos físicos, profissionais e ético-morais dos estudantes. Entretanto, Ferrer defendia ainda a coeducação das classes, ou seja, uma escola aberta não apenas aos trabalhadores, mas a todos que comungassem de seus ideais educativos. Esse modelo foi por ele e seus seguidores denominado de Escola Moderna (GALLO e MORAES, 2005, p 89; GALLO, 2013, p. 244).

Ainda em Paris, Ferrer separou-se da primeira esposa e passou a viver com Soledad Villafranca. No mesmo período, conheceu Ernestina Meunier, uma abastada discípula que lhe deixou, em 1901, uma herança capaz de financiar a fundação da primeira *Escuela Moderna*, criada no mesmo ano, quando retornou a Barcelona. Junto com a *Escuela*, foi fundada a editora *Publicaciones de la Escuela Moderna*, inicialmente com a finalidade de fornecer

---

<sup>4</sup>O termo pode ser definido tanto como a atitude de oposição ao poder temporal da Igreja Católica, especialmente relacionado aos abusos políticos e econômicos por ela cometidos em diferentes contextos, quanto como a hostilidade ao catolicismo como religião ou ideologia (RIEGELHAUPT, 1982, p. 1216).

<sup>5</sup> Entre 1880 e 1894, Robin dirigiu o orfanato Prévost, nos arredores de Paris, onde buscou colocar em prática suas concepções de ensino.

livros à nova instituição educativa. Entretanto, os editores observaram a existência de um público adulto, ligado a grupos de livre pensadores e sindicalistas, que demandava outras obras e autores, para as quais a *Publicaciones* tornou-se uma importante fornecedora.

Em maio de 1906, o governo espanhol mandou fechar a *Escuela Moderna* e decretou a prisão e o confisco dos bens de Ferrer, acusando-o de participação no atentado ao cortejo nupcial do Rei Afonso XIII<sup>6</sup>. Libertado em seguida, mudou-se para a França e depois para a Bélgica, onde fundou a *Liga Internacional para a Educação Racional da Infância* e retomou a publicação do *Boletín de la Escuela Moderna*, iniciando a internacionalização de suas duas linhas editoriais: a escolar e a de divulgação científico-racionalista. Essa internacionalização teve, como resultados mais visíveis, a ampliação de uma acirrada campanha em favor da renovação pedagógica e o crescimento do número de Escolas Modernas na Europa e na América (VELÁZQUEZ e VIÑAO, 2010, p 88-90). As atividades da *Publicaciones* foram interrompidas com a nova prisão e posterior execução de Ferrer que, tendo retornado à Catalunha em 1909, foi condenado à morte e fuzilado, juntamente com mais quatro líderes sindicais, em 13 de outubro do mesmo ano, devido à onda repressiva que se seguiu à “Semana Trágica”<sup>7</sup> (ULMANN, 1972).

A prisão de Ferrer fez com que militantes de distintas correntes ideológicas, identificados com suas propostas pedagógicas, promovessem campanhas por sua libertação em vários países e a manutenção da sentença acabou servindo de base para a construção de um discurso que o apresentaria como mártir da instrução operária. Ainda em 1911 a editora *Publicaciones* retomou suas atividades e a publicação do *Boletín de la Escuela Moderna*. No ano seguinte foi publicada a obra *Escuela Moderna*, de autoria de Ferrer, que se tornou uma referência para seus seguidores em diversas partes do mundo. No Brasil não foi diferente. Grupos distintos, entre eles, anarquistas e socialistas, tendiam a encontrar no anticlericalismo e na defesa da educação operária importantes pontos de convergência e muitos deles juntaram-se aos protestos internacionais contra a condenação de Ferrer.

---

<sup>6</sup>O autor do atentado, o anarquista Mateo Morral (1880-1906), havia trabalhado como bibliotecário na *Escuela Moderna*. Devido a essa ligação, Ferrer foi indiciado como mentor intelectual do ato (GALLO, 2013, p. 244).

<sup>7</sup> Rebelião popular, ocorrida em Barcelona, de 26 de julho a 2 de agosto de 1909, propagada a partir de uma greve geral contra o envio de tropas espanholas ao Marrocos, e que se caracterizou pelo incêndio de conventos, igrejas e outros prédios religiosos e na qual ocorreram confrontos diretos de trabalhadores e populares com as forças governamentais (ULMANN, 1972).

### 3. A reação à execução de Francisco Ferrer: um opúsculo em análise

A leitura do opúsculo intitulado, “Os acontecimentos da Espanha e a obra de Ferrer” que serve de base empírica a esse texto – publicado em 1909, no Rio de Janeiro – só foi possível devido à guarda e ao cuidado de um militante anarquista chamado Edgard Leuenroth (1881-1968). Este jornalista, propagandista e arquivista prático se dedicou ao longo da vida à organização e manutenção de grande quantidade de textos, das mais variadas procedências e formatos, relacionados à militância, história, sociologia e outras produções de pensamento e crítica social, publicados tanto no Brasil quanto em diversos países. Muito do que se conhece atualmente sobre a história social brasileira se deve a seus esforços<sup>8</sup>.

Tamanho pertinácia pode ser pensada, entre outros fatores, como um tributo ao conhecimento produzido por setores sociais militantes, que não encontravam repercussão no ambiente acadêmico e muito menos nos meios de comunicação social da época, e como o reconhecimento da necessidade de manutenção de um precioso repositório de argumentos, ideias e informações ao qual Leuenroth e seus companheiros lançavam mão quando precisavam usar “a palavra como arma”<sup>9</sup>. O que leva a supor que os materiais sob sua guarda podem inclusive ter ajudado a compor opúsculo em questão, o qual, por sua vez, só chegou a nossas mãos graças ao esforço de conservação empreendido por ele.

Sobre o contexto mais amplo em que se dava essa militância, saliente-se que a República, instituída em 1889, vivia profundas contradições, algumas herdadas do período monárquico, como a exclusão a qualquer forma de cidadania de grande parcela da população e outras inauguradas com o novo regime, como a política oligárquica. Tais contradições foram aprofundadas com a aprovação no Congresso Nacional de legislação extremamente repressiva, especialmente aquela proposta por Adolfo Gordo – inicialmente como deputado e posteriormente como senador da República – como a Lei de Estrangeiros, de 1907 (reeditada em 1919), que permitia a sumária expulsão dos estrangeiros considerados perigosos e a Lei de Imprensa, de 1923, que proibia o anonimato nos textos publicados e, baseando-se na ideia de responsabilidade solidária, estabelecia severas punições a todos os envolvidos com a elaboração e a circulação de veículos difusores de mensagens consideradas atentatórias à segurança pública<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> O conjunto de textos e documentos preservados por Edgard Leuenroth deu origem ao arquivo homônimo, da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Sobre o acervo atual, consultar: [http://www.ael.ifch.unicamp.br/site\\_ael/](http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/). Sobre a vida, obra e arquivo de Leuenroth, ver, entre outros: KHOURY (1997) e GALVÃO (2012).

<sup>9</sup> Expressão tomada de empréstimo a Benito Schmidt (2000).

<sup>10</sup> Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923.

O aprofundamento dessas e outras práticas fizeram com que muitos dos “republicanos sinceros” se desiludissem e, mesmo não abandonando suas convicções, direcionassem seus esforços a campos de atuação distantes da política partidária. No mesmo período, outros grupos, como os anarquistas<sup>11</sup>, que não pretendiam nenhuma interlocução com o Estado ou com a via político-parlamentar, também ampliaram sua militância, ganhando visibilidade e adesões. Dois dos campos de atuação privilegiados por esses grupos foram a imprensa e a escola. Tais opções, guardadas as peculiaridades das distintas correntes de pensamento, apontam para uma concepção mais ampla, compartilhada por uma geração intelectual, que esperava, com a difusão da escolarização e do conhecimento científico, modernizar o Brasil e estabelecer preceitos básicos de cidadania em uma sociedade profundamente marcada pela pobreza, exclusão e violência (SEVCENKO, 2003). É no interior dessa chave interpretativa que se pretende analisar o opúsculo em questão.

O exemplar aqui tratado foi publicado um mês após a execução de Ferrer, ou seja, no calor da hora dos protestos e manifestações internacionais suscitadas por esse ato. Tratava-se de um opúsculo contendo 20 páginas. A observação dos detalhes gráficos não deixa dúvidas de que seus editores não economizaram em sua confecção, seja pelos cuidados estéticos – todas as páginas contavam com diagramação primorosa, eram adornadas com margens rebuscadas e os subtítulos eram escritos em tipos diferenciados com destaque de cor – seja na clareza e facilidade da leitura, favorecida pelo tamanho da letra e pela organização do texto em apenas duas colunas.

Outro indício de que não houve economia é a existência de duas fotografias, uma de Ferrer, na capa, e uma de Soledad Villafranca, na página 15. O recurso da impressão de fotografias na época era usado com parcimônia, mesmo na imprensa comercial, devido ao custo do investimento e, ao observá-lo no opúsculo em questão, pode-se mensurar a importância conferida ao momento.

No frontispício, em destaque, aparecia o título: “Os acontecimentos da Espanha e a obra de Ferrer”<sup>12</sup>, seguindo-se então duas colunas, uma com a descrição do teor – “Artigos e poesias sobre Ferrer e sua obra; exposição de princípios e estatutos da Liga Internacional para Instrução Racional da Infância; notas bibliográficas sobre publicações da Escola Moderna; etc.”– e outra com a mencionada fotografia de Ferrer. Essa apresentação permite supor o

---

<sup>11</sup> O termo anarquistas aqui empregado refere-se àqueles que postulavam versões difusas do pensamento ácrata, ao qual tinham acesso pela leitura de variados autores, como Proudhon, Malatesta, Kropotkin, Bakunin, Eliseu Reclus e, especialmente, de tradutores e divulgadores de suas obras como, por exemplo, o português Neno Vasco.

<sup>12</sup> A grafia das fontes foi atualizada.

cuidado com a didatização do conteúdo e a possível expectativa de alcançar um público não familiarizado com a temática.

O conteúdo da publicação, no entanto, era muito mais rico e variado do que o indicado na capa. Além dos itens já mencionados, faziam parte da obra um texto de abertura escrito pelo militante anarquista espanhol Máximo Suarez; um texto de apresentação das intenções da comissão organizadora, contendo um resumo da vida e obra do homenageado; mensagens de apoio à causa, inclusive de alguns personagens inesperados, aos quais voltaremos adiante; excertos de jornais espanhóis, contendo cartas escritas por Ferrer, nas quais ele apresentava sua defesa ante os fatos ocorridos na Catalunha; informações sobre a reação internacional à execução; um texto sobre a concepção racionalista de ensino, assinado por Soledad Villafranca; debates com os jornais comerciais do Rio de Janeiro que apoiaram a execução e informes sobre a situação da Espanha após o fuzilamento de Ferrer.

O opúsculo era assumido publicamente pela *Comissão contra a reação espanhola*. Entretanto, a observação de alguns indícios permite identificar que seus elaboradores eram militantes anarquistas em atuação na Capital Federal naquele período. A primeira delas é a já mencionada assinatura de Máximo Suarez, no texto de abertura. Outra pista é a seguinte notificação: “Os pedidos e toda a correspondência relativa a este número devem ser dirigidos a *Manuel Moscoso*, Rua do Hospício n. 166, Rio de Janeiro” (OPÚSCULO, 1909, p. 3). Tratava-se do mesmo endereço do grupo editor do jornal *A Voz do Trabalhador* – veículo de imprensa da Confederação Operária Brasileira/COB – que na época tinha o espanhol Manuel Moscoso, como um de seus principais redatores. O terceiro indício é o aviso, “aos amigos”, de que “O balanço deste número e o resumo das listas [de subscrição], será publicado no jornal **A Lanterna**, de S. Paulo e **A Voz do Trabalhador**, desta capital” (OPÚSCULO, 1909, p. 17, grifos no original). Esse conjunto de informações permite inferir que o grupo responsável pela publicação era composto em sua maioria por militantes ácratas que naquele período dominavam a direção da COB e mantinham, juntamente com Leuenroth, em São Paulo, e com Moscoso, no Rio, a publicação desses dois jornais.

Analisando-se o conteúdo, no entanto, percebe-se a defesa da tese de que a indignação pelo fuzilamento de Ferrer alcançava proporções muito maiores do que as da militância anarquista. A condenação à execução seria uma questão de luta entre civilização e barbárie. Assim, lê-se que “Não foram só os correligionários de Ferrer os que protestavam; protestou o mundo civilizado todo” (OPÚSCULO, 1909, p.11).

Seguia uma longa exposição de países que sediaram manifestações:

Os protestos manifestaram-se com a mesma intensidade na Inglaterra; Alemanha, Áustria-Hungria, Holanda, Portugal e no resto da Europa e em toda a América, onde houve importantes manifestações nos Estados Unidos, em Cuba, Chile, Peru, Uruguai e Argentina. As manifestações foram tantas e em tantas localidades que o espaço não nos permite relatá-las (OPÚSCULO, 1909, p.13).

#### Explicava-se em seguida que

No Brasil o movimento foi também imponente, assumindo um caráter mais geral em S. Paulo, onde foi iniciado o protesto na capital e em Santos, e logo se estendeu por todo o Estado. Houve manifestações no Rio Grande do Sul, no Paraná [...] em Santa Catarina, Minas, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Ceará, Estado do Rio, etc. Nesta capital a manifestação realizada no dia 17 de outubro, esteve à altura das circunstâncias (OPÚSCULO, 1909, p.13).

Essa tese também era sustentada com exemplos que iam além da extensão geográfica dos protestos. Um dos recursos utilizados no opúsculo foi o de publicar excertos de cartas e textos de apoio a Ferrer e sua obra, provindos de indivíduos distantes da militância ácrata, e em alguns casos até mesmo surpreendentes, como nos dois exemplos que seguem. O primeiro, a reprodução de uma carta, inicialmente publicada na Espanha, proveniente de Manila, enviada pelo *Bispado Máximo da Igreja Filipina independente*, felicitando Ferrer por suas iniciativas educacionais e pelas obras de sua editora:

Sirva-se, pois, aceitar a mais calorosa felicitação da nossa Igreja, por seus louváveis esforços e martírios em prol do racionalismo. A nossa Igreja crê que a razão é a inspiradora direta de Deus e que buscar a verdade é procurar o Senhor (OPÚSCULO, 1909, p. 6).

#### Afirmava em seguida que

O Conselho Supremo dos nossos Bispos, que se compõe de vinte e quatro prelados, concordou, e quem subscreve estas linhas teve a honra de sancionar, que sejam declaradas obras de texto em nossos Seminários e Escolas, as **Ciências Naturais, Geografia Física**, do Dr. Odón de Buen, a quem V. testemunhará a nossa admiração; **Primeiras Idades da Humanidade**, de Engerrand; **Psicologia Étnica**, de Letourneau; **O Homem e a Terra**, de Eliseu Reclus (OPÚSCULO, 1909, p. 6).

O segundo exemplo, também proveniente do quadrante religioso – guardadas as peculiaridades de suas feições racionais – é a publicação de uma carta de Raimundo Teixeira Mendes, vice-diretor do Apostolado Positivista do Brasil<sup>13</sup>. A missiva iniciava da seguinte maneira:

Rio, 9 de Descartes de 55.121 (16 de outubro de 1909)  
Ao Sr. Manoel Moscoso — Capital Federal.  
Meu caro Sr. Manoel Moscoso — Recebi ontem à noite a sua angustiada carta da mesma data, em nome da comissão promotora de um protesto contra os desumanos acontecimentos de que, há alguns meses, está sendo teatro a Espanha. Agradecendo-vos cordialmente e aos vossos companheiros a benevolência dessa comunicação e a simpatia com que exprimis o desejo de conhecer a nossa opinião (OPÚSCULO, 1909, p. 13).

<sup>13</sup>O Apostolado Positivista do Brasil, fundado por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, guiava-se pelos preceitos racionalistas e visava à difusão da religião da humanidade. Sobre o assunto ver, entre outros: TRINDADE (1999) e CARVALHO (2005).

E expunha então o que seriam as concepções da religião da humanidade sobre tal assunto:

o dever do governo espanhol era reconhecer o crime que representa a invasão do Marrocos; fazer desde logo uma paz leal com os muçulmanos; conceder uma anistia plena aos revoltosos que não fossem réus de crimes vulgares; punir os réus de crimes vulgares segundo os processos ordinários; e instituir a série de reformas liberais que Augusto Comte já aconselhou aos governos ocidentais há mais de meio século (OPÚSCULO, 1909, p. 13).

Foge à possibilidade do momento analisar as relações entre correntes religiosas e cientificismo e suas possíveis conexões com os movimentos sociais naquele contexto. Entretanto, o fato de Teixeira Mendes ter atendido ao pedido de Moscoso pode tanto demonstrar a amplitude da rede de relações nas quais os redatores do opúsculo procuravam se inserir, quanto ser um indício de que a defesa da civilização podia colocar no mesmo lado grupos com ideários muito diversos. Assim, anarquistas e positivistas podiam, eventualmente, encontrar pontos de diálogo.

No outro lado, o da barbárie, estaria a Igreja Católica. Segundo a visão predominante no opúsculo, os acontecimentos que teriam levado à eclosão da “Semana Trágica”, à reação do governo e ao processo contra Ferrer, seriam todos provocados pelo mesmo mal: o “fanatismo religioso” que havia se apoderado do Estado espanhol. A principal arma de combate a esse fanatismo, tanto lá quanto cá, estaria na divulgação da educação racionalista. Um espaço importante do opúsculo foi, por esse motivo, dedicado a um texto assinado por Soledad Villafranca que, além de ser companheira de Ferrer, com ele participou da fundação de escolas modernas e da *Liga para a Educação Racional da Infância*.

A finalidade do texto era expor do que se tratava a educação racionalista, enfatizando três de seus princípios básicos. O primeiro, o desenvolvimento da razão por meio da ciência, explicaria a flexibilidade do programa racionalista, pois

como a ciência ainda não disse a sua última palavra sobre qualquer assunto, resulta que o ensino racionalista não tem programa fixo. Pelo contrário. Ao ensinar todos os dias os fenômenos físicos do universo e sociais da humanidade, fá-lo com a especial reserva de que só tem mérito o que está comprovado, o que os sentidos admitem e a experiência sanciona (OPÚSCULO, 1909, p. 15).

Tratava-se, portanto, de uma noção empirista de ciência ainda bastante influenciada pela concepção positivista, predominante desde o século XIX, na qual se deveria ensinar “todas as verdades experimentais, por contrárias que sejam às ideias admitidas anteriormente”(OPÚSCULO, 1909, p. 15). O segundo princípio seria o cuidado com a graduação do ensino. Ou seja, a necessidade de se observar “a idade da criança para graduar as fases do ensino, para que seu tenro cérebro receba facilmente cada nova impressão que haja de conservar. Nunca será enganada, nem se dirá nada que ela não possa compreender”

(OPÚSCULO, 1909, p. 16). O terceiro e igualmente importante princípio seria o da co-educação dos sexos, a defesa de que meninos e meninas frequentassem a mesma sala de aula e recebessem os mesmos ensinamentos. Logo, a defesa da mulher como um ser capaz da mesma racionalidade que o homem.

O coroamento do texto de Villafranca e do elogio à educação racionalista era realizado por meio da ênfase em sua difusão. Assim, os redatores, ao final do opúsculo, informavam sobre a existência da Escola Moderna em diversos países e anunciavam os veículos que, em diferentes idiomas (francês, inglês, português, espanhol e italiano), davam continuidade à divulgação da obra de Ferrer. Sua execução, segundo os autores, ao contrário do que havia sido esperado pela Igreja Católica e pelo governo espanhol, havia tornado suas ideias mais conhecidas e reforçado as convicções daqueles que comungavam de seus ideais. Iniciava-se, portanto, a construção da imagem de Ferrer como mártir da educação operária.

Tal construção baseava-se tanto na “propaganda pela palavra” levada a efeito por meio de impressos, conferências e comícios, quanto pela circulação de símbolos que procuravam disseminar para um público mais amplo a imagem do pedagogo catalão. Nesse sentido, na última página do opúsculo lia-se o seguinte:

**Postais com retrato de Ferrer:** Pacote de 50 exemplares 2#500. A edição destes postais foi paga por um companheiro (que cedeu o produto da venda em benefício desta publicação). (p. 20, grifo no original)

Além da interpretação anterior, esse anúncio pode fornecer pistas dos meios utilizados pelo grupo editor para viabilizar a publicação do opúsculo. Obviamente não se pode pensar que o produto da comercialização dos postais responderia sozinho pelas despesas, mas é um indicativo das relações e práticas de subscrições em que estavam inseridos os redatores.

Finalizando, pode-se pensar que se no Brasil das décadas finais do século XX noções como a universalização do acesso à escola, a coeducação de meninos e meninas no mesmo ambiente, a educação integral, o estímulo à observação e à curiosidade intelectual, a definição do currículo em bases científicas, artísticas e culturais, foram naturalizadas não se pode esquecer que seu estabelecimento deu-se após um longo e árduo processo de disputas em torno do espaço escolar. Nesse processo se enfrentaram diversos grupos, portadores de distintas estratégias e concepções educacionais. O opúsculo aqui tratado pode ser pensado como um exemplo da forma como um grupo militante específico participou, em condições bastante adversas, desse embate.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>. Acesso: 25/04/2016.

OPÚSCULO. Número especial dedicado aos acontecimentos da Espanha e à obra de Ferrer. *Comissão contra a reação espanhola*. Rio de Janeiro, 1909. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Rogério Cunha de. Nem prêmio, nem castigo! A Escola Moderna como ação revolucionária dos sindicatos operários durante Primeira República (São Paulo, 1909-1919). Tese de Doutorado em Educação, UERJ, 2014.

CARVALHO, José. Murilo. A humanidade como Deusa. *Revista de História*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Ministério da Cultura. Ano 1. N. 1. p. 68-72. Jul. 2005.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

GALLO, Sílvio e MORAES, José Damiro de. Anarquismo e educação – A educação libertária na Primeira República. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

GALLO, Sílvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pró-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 24, 2013.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista ieb*, n. 54, set./mar. 2012.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth: uma vida e um arquivo libertários. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH-BR, v. 17, n. 33, 1997.

LUIZZETO, F. V. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n.3, 1995.

RIEGELHAUPT, Joyce Firstenberg. O significado religioso do anticlericalismo popular. Riegelhaupt. *Análise Social*, vol. XVIII, 1982.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro*. Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos. Lisboa: Edição Letra Livre, 2009.

SCHMIDT, Benito. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907. *História em Revista*. Pelotas/RS, UFPEL: v. 6, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, (3 Volumes).

TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. *Educação e Sociedade* – CEDES, Campinas, n. 1, 1978.

TRINDADE, Hélió (Org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ULLMAN, Joan Connelly. *La Semana Trágica. Estudio sobre las causas socioeconómicas del anticlericalismo en España (1898-1902)*. Barcelona: Ariel, 1972.

VELÁZQUEZ, Pascual; VIÑAO, Antonio. un programa de educación popular: El legado de Ferrer Guardia y La Editorial Publicaciones de La Escuela Moderna (1901-1936). *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació, Societat d' Història de l'Educació dels Països de Llengua Catalana*, Núm. 16, 2010.

ZORRILLA, Elena Maza. *Asociacionismo confesional en Valladolid: La asociación católica de escuelas y círculo de obreros, 1881-1914*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1987.